



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA VINTE E
TRÊS DE ABRIL DO ANO DE
DOIS MIL E DEZANOVE.**

----- No dia vinte e três de abril do ano dois mil e dezanove, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência da Excelentíssima Senhora Maria do Ceu Quintas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Rui Miguel Roxo Portela, Fernando António da Silva Rodrigues, Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira e Dr.^a Antónia da Conceição Meireles Coxito. -----
----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

Pela Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e trinta minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e distribuída.

ANTES DA ORDEM DO DIA

I - INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS . -----

Iniciada a reunião usou da palavra a senhora Presidente para informar que ainda não possuía todos os valores referentes à água mas assim que os tenha serão os mesmos os trazidos a uma reunião de câmara.



II- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA, ANTÓNIA COXITO.-----

----- Seguidamente usou da palavra a senhora Vereadora Antónia Coxito questionando a senhora Presidente da Câmara sobre qual o balanço que faz das Jornadas do Bacalhau, qual o valor gasto nas mesmas e qual o montante efetivamente gasto na Flor da Amendoeira. -----

III- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, NUNO FERREIRA.-----

----- Foi de seguida cedida a palavra ao senhor Vereador Nuno Ferreira que referiu que na sua opinião não faria as Jornadas do Bacalhau no fim-de-semana da Páscoa pois seria mais conveniente que fossem feitas num fim-de-semana em que não houvesse nenhuma atividade em Freixo de forma a fomentar a economia local e a trazer mais gente a Freixo uma vez que por si só na Páscoa já há bastante gente. -----

----- Questionou de seguida a senhora Presidente sobre o encontro Subaru Portugal, se o Município apoia esse encontro e em caso afirmativo quais os montantes envolvidos uma vez que vem o símbolo do Município no cartaz do referido evento. -----

----- De seguida falou sobre um assunto tratado na última reunião que era o Direito de Oposição que não foi devidamente discutido tendo terminado de uma forma abrupta não tendo terminado a sua intervenção sobre o assunto em referência. -----

----- Falou de seguida sobre o 25 de Abril que se aproxima, uma data que permitiu estar em Democracia e Liberdade sendo uma data especial que deverá ser sempre celebrado uma vez que permite que toda a gente se possa expressar em público e em liberdade. -----

IV- INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, RUI PORTELA.---

---- Usou de seguida da palavra o senhor Vereador Rui Portela informando que tinha recebido um mail muito extenso sobre a demolição das casas na Vila, tendo retirado do mesmo três perguntas que de seguida citou: Se os processos de demolição das casas sitas no Largo das Eiras, Rua da Fonte Seca e na imediação do Monumento da Misericórdia se foi ou não enviado para o organismo que tutela, Direção Regional de Cultura do Norte e DGPC, se foi qual a resposta e se foi dada luz verde às demolições em que condições, tendo de seguida perguntado se a senhora Presidente ou algum dos senhores Vereadores tinha recebido este mail. -----



V-INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS. -----

----- De seguida usou da palavra a senhora Presidente referindo que a pessoa que enviou o mail se quer questionar alguma coisa o deve fazer enviando o mail para a Câmara que lhe será dada resposta. -----

----- Referiu seguidamente que, em relação às Jornadas do Bacalhau e Feira Ibérica dos Vinhos não podiam ter corrido melhor, foi muito bom, houve muita gente e decidiram experimentar fazer esses eventos na Páscoa com o intuito de dar oportunidade aos nossos que vêm cá poderem estar porque nem sempre podem vir a Freixo. -----

----- Sobre o encontro Subaru Portugal, referiu que a Câmara apoiará apenas na parte logística, de resto é tudo por conta da organização, manifestando orgulho por ter sido a Vila escolhida para este encontro uma vez que permite aos que vêm transmitir a imagem da Vila a outros que possam vir no futuro e a Câmara apoiará sempre essas atividades. -----

----- Sobre os valores gastos nas Jornadas do Bacalhau e Flor da Amendoeira foram os montantes tidos por necessários. -----

VI-INTERVENÇÃO DO SENHOR VEREADOR, NUNO FERREIRA.

----- Usando de seguida a palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referiu que sobre as Jornadas do Bacalhau foi uma decisão do Município fazê-las no fim-de-semana da Páscoa mas que na sua opinião não deveriam ter sido feitas nessa altura. -----

----- Quanto à questão dos gastos nas atividades pensa que não fica bem à senhora Presidente não dizer quais os montantes dos mesmos uma vez que só ficarão a saber quando for presente o próximo relatório de contas, tendo referido que o Direito de Oposição diz que devem ser informados dos montantes gastos e quais os eventos que irão decorrer. -----

----- Sobre o Clube Subaru referiu que regista que a Câmara não irá gastar nada mas, caso seja para a promoção do Concelho todas as iniciativas são bem-vindas. -----

VII- INTERVENÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE, MARIA DO CÉU QUINTAS.-----

----- De seguida a senhora Presidente informou o senhor Vereador Nuno Ferreira que o Direito de Oposição que tinha agora recebido foi enviado para o Partido Socialista e para a Coligação do CDS que também concorreu à Câmara Municipal. -----



ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia dezoito do mês de abril do ano dois mil e dezanove que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Quatrocentos e quarenta mil, seiscentos e noventa e quatro euros e trinta e um cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Cento e dezassete mil, seiscentos e vinte e oito euros e oitenta cêntimos. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA:** - Deliberado por maioria, com os votos contra dos Vereadores senhores Nuno Ferreira, Antónia Coxito e Rui Portela, reprovam a ata da reunião ordinária realizada no dia nove de abril do ano de dois mil e dezanove, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo.

----- O senhor Vereador Nuno Ferreira e senhora Vereadora Antónia Coxito justificaram o seu voto contra a aprovação da ata em referência com a declaração de voto que a seguir se transcreve. -----

Declaração para a Ata

**Relativo ao nosso voto contra a aprovação da Ata nº 8/2019,
Reunião Ordinária de 09/04/2019**

Justificação de voto contra, voto de vencido – A ata não espelha o que de relevante foi dito sobre Prestação de Contas de 2018

Como é sabido, o facto de uma gerência prestar contas, no caso concreto a Sra. Presidente do Município, isso significa que deve explicar o que de significativo ocorreu durante o ano e que se traduz nas contas a serem apresentadas. Para facilitar a compreensão das contas, é efetuado um relatório com uma explanação, mais ou menos detalhada do que é relevante. Mas, o que importa saber na Prestação de Contas é que:

- **A Prestação de Contas é uma acto de Gestão que reflete a política definida e seguida pelo executivo, e que, como tal, cabe à Sra.**



Presidente esclarecer os senhores Vereadores, Membros da Assembleia e demais Munícipes sobre os seus atos de gestão que originaram as suas contas. Dito de uma forma simples: o que recebeu durante o ano, qual a sua proveniência? e onde gastou o dinheiro que recebeu, em quê? ... e porquê? É isso que as pessoas querem saber! Querem as pessoas, de uma forma geral e, queremos nós, como vereadores, saber de uma simples fácil e compreensível o que aconteceu de relevante durante o ano e, ouvir da boca da Sra. Presidente o que fez em 2018, como foi gasto o dinheiro, em que projetos ou opções políticas por si tomadas e como obteve o dinheiro que gastou, ou seja: quanto recebeu do Estado (FEF e outras transferências) e quanto foi gerado pelo município - receitas próprias. Isto era, basicamente, aquilo que esperávamos saber e que questionámos diversas vezes, mas em vão, pois a única resposta obtida foi: As contas estão aí, leiam! as contas foram efetuadas pela contabilidade, está aí tudo e é assim que tem que ser!

Ao que nós respondemos, por diversas vezes, que, obviamente, que era a contabilidade que registava todos os documentos financeiros do município e que preparava o documento de prestação de contas, assim como o orçamento, mas que a decisão do que era comprado, gasto ou recebido não era, nem podia ser, responsabilidade sua. **Os serviços de contabilidade são meros executantes do registo contabilísticos e preparação da informação financeira que são, obviamente, resultantes das opções políticas da Sra. Presidente.** Como tal, a responsabilidade pelas contas era apenas sua, enquanto Presidente do Município de Freixo de Espada à Cinta e que lhe cabia a si dar uma explicação política de um documento de cariz político e que traduzia as suas opções políticas. O que, mais uma vez, isso não aconteceu, remetendo-se ao silêncio e ao "empurrar" das questões para os serviços da contabilidade, que efetuaram o referido documento de prestação de contas e ao ROC ali presente. Assim:

- Considerando que, **apesar de nossa insistência não conseguimos obter uma explicação remetendo todas as questões ao representante da empresa de auditoria – Dr. Tiago da PKF** que, de uma forma técnica, foi respondendo às questões por nós colocadas. Estranho é que não tenha estado presente a chefe de divisão financeira para nos prestar os devidos esclarecimento e que tenha sido necessário solicitar a presença de um revisor oficial de contas, não que isso tenha sido negativo, bem pelo contrário, mas



que foi, seguramente, **uma opção cara** para o município pois teve que pagar os encargos inerentes à sua deslocação.

- Considerando que no ano de 2017 nos foi apresentado um relatório de gestão e contas elaborado por uma empresa a quem o município pagou para efetuar esse serviço e que, acabou por vir à Câmara com a indicação de que se tratava do Município de Carrazeda de Ansiães, o que é, no mínimo, estranho e lamentável, este ano, talvez porque se tenham apercebido da "gafe" cometida e do dinheiro gasto, optaram por utilizar um documento efetuado pela anterior chefe de divisão limitando-se agora a atualizar os valores dos quadros mais significativos. Contudo, é estranho e lamentável que, mais uma vez a Sra. Presidente não leia os documentos que nos apresenta e se esqueça de, pelo menos, alterar a parte relativa à orgânica dos serviços em que continua a aparecer a organização dos serviços datada de 2011, quando é sabido que a mesma foi alterada e publicada em DR em 2018, o que nada tem a ver com a contabilidade e que apenas vem demonstrar, uma vez mais, que **a Sra. Presidente não tem o cuidado de ler os documentos que nos apresenta, apesar de nos dizer a nós: " a contas estão aí, leiam e vejam"**.
- Já que a Sra. Presidente se nega a apresentar comentários ou explicações, então tomamos nós a iniciativa de apresentar o que consideramos ser de mais significativo e questionar sobre o mais relevante: **gasto com o pessoal** (e a sua evolução comparativa) e sobre a **aquisição de bens e serviços** já que sobre o serviço da dívida pouco há a dizer, excepto que foi vantajoso para o município a diminuição das taxas de juro do ano de 2018. Entrando em detalhe em cada uma dessas rúbricas, temos o seguinte:
 - **Ao nível da receita**, é de salientar que em 2018, o município aumentou as suas receitas basicamente através do aumento recebido das transferências do Estado. Em 2018 recebeu de transferência diversas o valor de 5.760.110 quando, em 2017, o valor transferido tinha sido apenas de 5.416.412€ o que, apesar da Sra. Presidente insistir que baixou a dívida bruta do município, o que conseguimos apurar é que dos cerca de 750 mil euros de diminuição da dívida bruta, cerca de 345 mil euros se ficaram a dever ao aumento das transferências recebidas do Estado, entre as quais do Norte 2020 no valor de 227.922 euros, que também não nos explicou a que projetos



diziam respeito, nem do que se tratava. O restante, em nosso entender, deve-se essencialmente a uma maior arrecadação dos impostos, IMI e outros, assim como da água e tarifas associadas, cujos aumentos foram significativos e que, em alguns casos ultrapassaram os 114% na água e cerca de 85% nos resíduos sólidos, conforme já discutido em anterior reunião de Câmara.

- **DESPESAS COM PESSOAL** - Em 2018 as despesas com pessoal e encargos sociais aumentaram em 261 mil euros relativamente ao ano de 2017 e, em 2017 também já tinham aumentado significativamente em relação ao ano de 2016. Só para terem uma ideia e, embora os valores da patrimonial sejam diferentes do apresentados na orçamental, e, cingindo-nos apenas à orçamental no valor de **quase 3 milhões de euros (2 913 229,66)** e que corresponde a 58,5% do FEF (valor definido no quadro XIX do Orçamento de Estado a transferir) e que já no ano de **2017 tinha atingido um valor elevado, situando-se nos 2 652 227,22 €** valor superior muito superior ao dos municípios de Carrazeda de Ansiães (2 463 575,39), Vimioso (2 525 538,53) e até de Mogadouro (2 605 921,93), que nada têm a ver com o município de Freixo quer em n.º de habitantes, n.º de freguesias e, muito menos com o valor que recebem do Estado (FEF). Comparando Freixo com os restantes municípios do distrito vemos que é o que mais gasta com pessoal comparativamente ao que recebe. Para 2018 ainda não existem dados disponíveis. Isto não quer dizer que sejamos contra a contratação de pessoal, mas sabemos que tudo deve ser feito com peso e medida e obedecendo às restrições impostas pelo PAEL e Reequilíbrio Financeiro ao qual o município se encontra obrigado. Mas também, não entendemos como é que o município contrata chefias e depois, de cada vez que necessita de alguma informação ou serviço que requeira alguma complexidade, contrate esse serviço a consultores especializados e a uma avença mensal de 580€ a uma chefe de divisão financeira de um outro município, como tivemos conhecimento e questionámos a Sra. Presidente. Não deviam esses serviços também serem realizados no âmbito das chefias internas? Não serviu isso de pressuposto à contratação das mesmas?



-
- **AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS** - no valor total de **quase 4 milhões de euros** (3.983.747,10) de compromissos assumidos, no qual tem um peso especial a aquisição e serviços com o valor 2.721.438,01 e, em que se insiste nos gastos com Estudo, Projetos e Consultoria num valor superior a 170 mil euros, o que não é compreensível numa município com a dimensão e saúde financeira de Freixo em que se insiste a contratar, entre outros, uma sociedade de advogados pelo valor de cerca de 75 mil euros, em 2017, e que aparecendo na listagem de contratos em curso a Sra. Presidente não soube, ou não quis explicar se já tinha pago algo em 2018 ou se já tinha faturado algo pelo serviços prestados a Sra. Presidente responde dizendo que não sabia mas que julgava que sim, que tinha entrado. Perante esta situação e, ao que soubemos, em março de 2019 já voltou a celebrar com esta mesma entidade um novo contrato no valor aproximado de 150 mil euros + Iva, só equiparado, a nível nacional, por outro celebrado com o município de Tomar, pergunta-se: é esta Sra. Presidente a sua boa gestão dos dinheiros públicos, substituindo uma avença de mil e poucos euros mensais por contratos anuais deste volume? ... quais são os casos de tamanha complexidade existentes no município que justifiquem valores tão avultados? Mais uma vez, a resposta foi nula!
 - **DIVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO** - Sobre as despesas assumidas e não pagas, à semelhança do temos vindo a dizer, o valor **passou de valor aproximado de 2,5 milhões** (2.530.904,80) **em 2017 para cerca de 3 milhões de euros em 2018** (3.000.972,05), **dos quais 2.883.744 euros são dívidas a fornecedores**. Ainda desconhecemos o valor do PMP (prazo médio de pagamento) porque ainda não foi publicado, mas, seguramente que ultrapassa o **valor de 322 dias (n.º médio de dias que demora a pagar aos fornecedores)**, valor este relativo a setembro de 2018 e que colocava o **município de Freixo de Espada à Cinta entre o 5.º pior a nível nacional**.

Em resumo, por tudo que foi dito e por nós apurado sem que tenhamos tido qualquer explicação ou feedback, entendemos, mais uma vez, que o objetivo da Sra. Presidente é omitir qualquer explicação sobre a forma



como exerceu a gerência do ano nem nos transmitir qualquer informação importante para a sua compreensão.

Considerando ainda que a nível da despesas corrente existiu uma acréscimo significativo e com opções de gestão com as quais não concordamos, nomeadamente ao nível dos gastos com o pessoal, muito superior ao razoável, prudente e até legal, conforme já explicado anteriormente. Um mesmo acréscimo significativo se aplica à aquisição de serviços, com valores comprometidos demasiado elevados e níveis de execução demasiado baixos, o que se traduz na passagem de dívida elevada para o ano de 2019, o que compromete uma gestão adequada. Ainda pelo facto de não existir qualquer referência aos investimentos, ou à falta deles, pois tudo que assistimos é à compra de casas e à demolição de algumas delas, mesmo que no perímetro da zona histórica, a **nossa posição, em consciência, é de voto contra as contas de gerência que nos foram apresentadas em 09/04/2019 e à falta de informação e esclarecimento sobre as mesmas, por parte da Sra. Presidente do município.**

Freixo de Espada à Cinta, 23/04/2019,

Os Vereadores da Oposição,

Prof. Nuno Ferreira

Dra. Antónia Coxito

----- O senhor Vereador Rui Portela justificou o seu voto contra também por não constarem todas as intervenções referindo ainda que caso fossem feitas algumas correções poderia alterar o seu sentido de voto. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- **AUTO DE CONTRA-ORDENAÇÃO N.º 41/2019 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO:** Pela senhora Presidente da Câmara Municipal foi presente o auto de contra ordenação que a seguir se transcreve. -----

Proposta de Deliberação

Presente o auto de contra ordenação n.º 41/2019 elaborado pelo NPA do Destacamento Territorial de Miranda do Douro, no qual relata atos possíveis de constituir contra ordenação nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 6 do Decreto-Lei n.º 313/03, de 17 de dezembro, e punida pelo n.º 1 do



art.º 19 do Decreto-Lei n.º 313/03, de 17 de dezembro com coima de 50,00€ a 1.850,00€ eventualmente praticados por António Júlio da Rosa Sapage, na Avenida Guerra Junqueiro, freguesia da União de freguesias de Freixo de Espada à Cinta e Mazouco, concelho de Freixo de Espada à Cinta.

Nos termos do n.º 1 do art.º 21 do Decreto-Lei n.º 313/0, de 17 de dezembro, “A instrução dos processos relativos à contra ordenação prevista no n.º 1 do art.º 19 compete à Câmara Municipal da área da prática da infração.”

E de acordo com o n.º 1 do art.º 19 a aplicação das coimas é da competência do Presidente da Câmara Municipal.

Assim, no uso das competências atribuídas pelas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 35 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que, a Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta delibere a instauração do processo de contra ordenação contra o sr. António Júlio da Rosa Sapage, a nomeação da escritã do processo, a Sr.ª Dr.ª Susana Valente, e ordenando a notificação do arguido para exercer o seu direito de audição e defesa, na data a fixar para o efeito ou apresentar por escrito, a sua defesa até essa data.

Freixo de Espada à Cinta, 9 de abril de 2019.

A Presidente da Câmara
(Maria do Céu Quintas)

--- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a proposta de deliberação em apreço.-----

---- Os Senhores Vereadores Nuno Ferreira e Antónia Coxito abstiveram-se. -----

----- **ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE PREVENÇÃO E CONTROLO DA POLUIÇÃO SONORA – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DO RUÍDO – ART.º 15º DO DL N.º 9/2007, DE 17 DE JANEIRO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** A Câmara Municipal tomou conhecimento da concessão de uma licença especial do



ruído ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara. -----

----- ATOS PRATICADOS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL NA PRESIDENTE DA CÂMARA, NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL DE REALIZAÇÃO DE ESPETÁCULOS DE NATUREZA DESPORTIVA E DIVERIMENTOS PÚBLICOS – DL N.º 310/2002, DE 18 DE DEZEMBRO – TOMADA DE CONHECIMENTO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da concessão de uma licença para realização de espetáculos de natureza desportiva e divertimentos públicos ao abrigo da delegação de competências da Câmara Municipal na Presidente da Câmara. -----

----- ATOS PRATICADOS NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – INFORMAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO: Presente a informação n.º 44, datada de 15/04/2019, subscrita pela Chefe de Divisão Dr.ª Susana Valente e que a seguir se transcreve. -----

No âmbito da delegação de competências delegadas pela Câmara Municipal na Senhora Presidente da Câmara, informa-se para efeitos de tomada de conhecimento, a Excelentíssima Câmara Municipal que foram praticados os seguintes atos:

- O Município no dia 08/04/2019, comprou por escritura pública de compra e venda, um prédio urbano, sito na Rua de Santa Cruz ou Rua da Fonte Seca (atualmente designada de Rua das Moreirinhas), em Freixo de Espada à Cinta, pelo valor de 1.100,00€ aos herdeiros de Mário Quintas e Ana de Jesus Andrade.

É tudo quanto me cumpre informar.

A Chefe de Divisão
Dr.ª Susana Maria Durana Valente



----- A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço.

----- INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO N.º1 DO ARTIGO 56º DA LEI 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N.º 51/2018, DE 16 DE AGOSTO – ALERTA PRECOCE DE DESVIOS – TOMADA DE CONHECIMENTO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação nos termos do n.º 1 do artigo 56º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto, alerta precoce de desvios. -----

----- PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DE 2019 – PROPOSTA: Pela senhora Presidente da Câmara foi presente uma proposta de primeira alteração do mapa de pessoal de 2019 e que aqui se dá por transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- Seguidamente a senhora Presidente da Câmara informou que esta alteração tem a ver com os lugares de Fiscal de Obras e de Fiscal Municipal que nunca deveriam ter sido eliminados do mapa de pessoal porque não havia essa necessidade e que neste momento existem duas pessoas que tinham essas categorias e o objetivo é repor no mapa de pessoal essas categorias.-----

----- Usou de seguida da palavra o Vereador senhor Nuno Ferreira referindo que este ano já é a terceira ou quarta vez que vem uma proposta de alteração ao mapa de pessoal. -----

----- Seguidamente referiu que se fossem só estes dois lugares votava favoravelmente a proposta, questionando de seguida, quando há o levantamento de autos quem toma a responsabilidade e se é ou não legal levantar esses autos. -----

----- Referiu de seguida que no ano de 2018 numa proposta de alteração ao mapa de pessoal eram para preencher doze lugares e em abril de 2019 vinham para preencher trinta e cinco lugares e na que vem hoje, se apenas viesses esses dois estar-se-ia a falar de catorze mas isso não acontece está-se a falar de vinte e um, não são apenas os fiscais, o que não é dito aqui de uma forma clara. -----



----- Seguidamente a senhora Presidente da Câmara explicou que as pessoas quando passam por mobilidade de um lado para outro os lugares é como se existissem ao mesmo tempo num e outro lado até à consolidação das pessoas nessa categoria, não podendo desaparecer da anterior categoria, não se pode eliminar as vagas de onde eles saíram porque ainda não estão consolidados. -----

----- Usando de novo da palavra o senhor Vereador Nuno Ferreira falou de alguns lugares que aparecem no quadro de pessoal e que anteriormente em várias divisões e que anteriormente não constavam, referindo que se apenas viessem estes dois lugares votaria a proposta favoravelmente mas na sua opinião não é isso que acontece. -----

----- Usando de seguida da palavra a senhora Vereadora Antónia Coxito referiu que a proposta deve conter, se vier a passar, aquilo que vai ser definitivo o que significa que, mesmo os que estão em mobilidade e passam de um lado para o outro vai acrescer no sítio onde vão passar a estar mas vai ter que ser diminuído no sítio de onde saem, o que significa que esta proposta já devia ser com os lugares corretos. -----

----- Referiu de seguida que a senhora Presidente no tempo em que está na Câmara, cinco anos, já se deveria ter apercebido deste erro e o deveria ter corrigido. -----

----- Quanto à proposta agora presente considera que é muito dúbia. -----

----- Usou de seguida da palavra o Vereador senhor Rui Portela que começou por perguntar em que ano é que a categoria de Fiscal desapareceu e se os referidos funcionários se mantiveram a exercer as mesmas funções, referindo que se as pessoas já estão a exercer essas funções mas com outra categoria votará a proposta favoravelmente. -----

----- Seguidamente foi a proposta colocada à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria com os votos favoráveis da senhora Presidente da Câmara, do Vereador senhor Fernando Rodrigues e do Vereador senhor Rui Portela e com os votos contra dos Vereadores senhor Nuno Ferreira e senhora Vereadora Antónia Coxito. -----

PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO



----- No período reservado ao público usou da palavra o Munícipe senhor Carlos Tavares, Trabalhador do Município referindo que nas formações em que tem participado foi informado que vai haver uma reestruturação da carreira e que ele tem que estar como Fiscal e pode até meter a Câmara Municipal em Tribunal porque tem que estar como Fiscal, o que está aqui em causa é colocar as pessoas nas categorias que ocupavam aquando da reestruturação do ano de 2009, porque se não estão a ficar privados de entrar na nova carreira que vai entrar no mês de junho. -----

----- Usou de seguida da palavra o senhor Vereador Nuno Ferreira que referiu que votaria favoravelmente a criação desses dois lugares mas o que foi aqui presente foi uma proposta de criação de vinte e um novos lugares por isso o seu voto foi contra. -----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA:** Nos termos do número três do artigo noventa e dois da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, alterada e republicada pela Lei número cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, e para efeitos do disposto no artigo noventa e um do mesmo normativo legal, foi deliberado por unanimidade, aprovar em minuta os textos das presentes deliberações.

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pela Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram dezasseis horas da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----

----- E eu, Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----

A Presidente da Câmara

O Assistente Técnico